

# AOS TRABALHADORES DO CNP



www.pcp.pt

Julho 2014

**Com a aprovação** da agora designada Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, o Governo dá um novo golpe nos direitos dos trabalhadores, ao mesmo tempo que aprofunda a degradação dos serviços públicos.

Prosseguindo o caminho de reconfiguração do Estado e da Administração Pública, iniciado por governos anteriores, este **Governo** pretende colocá-los **inteiramente ao serviço do grande capital.**

Todo este processo, **iniciado no anterior governo do PS, com o PRACE**, (no qual se inclui a legislação laboral para a Administração Pública e a destruição de serviços públicos), assume agora novos e agravados desenvolvimentos pela mão do governo PSD/CDS, contando muitas vezes com a conivência do PS, e tem como principal objectivo a reconfiguração do Estado para melhor se moldar e servir os interesses do grande capital.



5, 6, 7 Setembro 2014 • Atalaia, Amora, Seixal

## O PCP VOTOU CONTRA E PROPÔS

O PCP votou na generalidade contra a proposta de Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e, na discussão na especialidade, apresentou cerca de trinta propostas, todas elas assentes na defesa dos serviços públicos e nos direitos dos trabalhadores, das quais destacamos:

### A REPOSIÇÃO

- **Do vínculo público de nomeação para os trabalhadores da Administração Pública** instituindo-o como regra para a constituição de relações de emprego público e relação jurídica de emprego;
- **Das 35 horas de trabalho por semana** (7 horas por dia) sem prejuízo da existência de regimes de duração inferior;
- **Do valor hora do trabalho suplementar e do trabalho suplementar** prestado em dia de descanso semanal e em dia feriado.

### A ANULAÇÃO

- **Do banco de horas**
- **Da regra geral do posicionamento remuneratório** em função da avaliação de desempenho.
- **Do dito regime da «requalificação/mobilidade especial»**

### A SUBSTITUIÇÃO

- **Dos mapas de pessoal pelo quadro de pessoal**

### A INTRODUÇÃO DA OBRIGATORIEDADE

- **Do contrato a termo não poder exceder 3 anos** incluindo renovações, sendo que após a segunda renovação automática se presume a necessidade de abertura de concurso para preenchimento do quadro de pessoal, dando preferência ao trabalhador que desempenhava aquelas funções anteriormente e cujo contrato foi objecto de duas renovações.

## PARA QUE FIQUE REGISTRADO

A CDU na campanha eleitoral para o Parlamento Europeu procurou realizar uma visita e o contacto com os trabalhadores do CNP com a candidata a eurodeputada Inês Zuber, no dia 20 de Maio (o pedido foi formalizado em 24 de Abril).

A Directora da Segurança Social do CNP, Maria Amélia Santos, tudo fez para impedir a iniciativa apesar de a Comissão Nacional de Eleições ter decidido e citamos «A CNE ... *delibera notificar a Direcção do CNP do entendimento desta Comissão:*

*- Em matéria de propaganda vigora o princípio da liberdade de acção e propaganda, devendo as entidades públicas abster-se de comportamentos que possam ser entendidos como limitativo deste princípio com força constitucional; ...*

*Mais se informa a Direcção do CNP que não lhe compete definir o conteúdo, a tipologia e a localização de iniciativas das candidaturas ...»*

Dizemos desde já à Direcção da CNP que **voltaremos** porque as liberdades defendem-se, exercendo-as!

## ELEIÇÕES EUROPEIAS 2014

# UM ASSINALÁVEL AVANÇO ELEITORAL DA CDU

As eleições para o Parlamento Europeu de 25 de Maio confirmaram no plano eleitoral um importante resultado da CDU e o isolamento político e social do Governo PSD/CDS-PP de Passos Coelho e Paulo Portas para a qual a luta dos trabalhadores e do povo português e a intervenção coerente e decisiva do PCP e dos seus aliados na CDU deram a mais relevante contribuição.

O resultado da CDU que é, antes de mais, a vitória da confiança e da esperança sobre a desistência e o fatalismo, uma vitória da verdade sobre a mentira, uma clara afirmação da vontade popular e da sua força para tomar nas mãos a construção de um futuro melhor e mais digno.

## É necessário uma nova política e um novo governo

# UMA POLÍTICA PATRIÓTICA E DE ESQUERDA

**assente em seis opções fundamentais:**

- ✱ **A RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA**  
nos seus montantes, juros e prazos e condições de pagamento, rejeitando a sua parte ilegítima;
- ✱ **PRODUÇÃO NACIONAL**  
A defesa e o aumento da produção nacional, a recuperação para o Estado do sector financeiro e outras empresas e sectores estratégicos;
- ✱ **VALORIZAÇÃO DOS SALÁRIOS E PENSÕES**  
A valorização efectiva dos salários e pensões, e explícito compromisso de reposição dos salários, rendimentos e direitos roubados, incluindo nas prestações sociais;
- ✱ **OUTRA POLÍTICA FISCAL**  
Uma política orçamental de combate ao despesismo e à despesa sumptuária, uma política fiscal de aumento da tributação dos dividendos e lucros do grande capital e alívio dos que menos têm.
- ✱ **DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**  
Uma política de defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular no que concerne às funções sociais do Estado;
- ✱ **SOBERANIA NACIONAL**  
A assumpção de uma política soberana e a formação do primado dos interesses nacionais.

**ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS, NA NOSSA VONTADE, NA NOSSA LUTA, DAR A VOLTA A ISTO.**

Vale a pena resistir, protestar e lutar. A luta dos trabalhadores acabará por impor uma nova política, onde os valores de Abril se projectem no futuro de Portugal.